



QUESTÕES LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS PROVOCADAS PELA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

LINGUISTIC-DISCURSIVE ISSUES PROVOKED BY THE CORONAVIRUS PANDEMIC

Luciano Amaral Oliveira¹
Universidade Federal da Bahia

Resumo: Este ensaio trata de três questões linguístico-discursivas surgidas na pandemia do coronavírus. A primeira, e mais simples, é sobre a grafia e o gênero da palavra *covid-19*. A segunda diz respeito aos efeitos extralinguísticos provocados pela expressão *grupo de risco*. A última questão está relacionada ao negacionismo científico e aos limites da argumentação. Essas questões são discutidas a partir das regras de formação de palavras, do Acordo Ortográfico, do conceito de discurso proposto por Michel Foucault (2008), do conceito de pós-verdade mobilizado por Matthew D’Ancona (2018) e das considerações sobre argumentação propostas por Philippe Breton (2003). A discussão dessas questões evidencia que a pandemia do coronavírus provocou, pelo menos, três questões relativas à linguagem, duas das quais provocaram consequências extralinguísticas importantes para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Grafia de *covid-19*; Gênero de *covid-19*; Expressão *grupo de risco*; Negacionismo científico; Argumentação.

Abstract: This essay tackles three linguistic-discursive issues arisen in the coronavirus pandemic. The first one, and the most simple of the three, is about the spelling and the gender of the word Covid-19. The second one has to do with the extralinguistic effects of the expression risk group. The last issue has to do with science denialism and the limits of argumentation. These issues are discussed based on the rules of word formation, the Portuguese Language Orthographic Agreement, the concept of discourse proposed by Michel Foucault (2008), the concept of post-truth mobilized by Matthew D’Ancona (2108) and the considerations about argumentation proposed by Philippe Breton (2003). The discussion of these issues makes evident that the coronavirus pandemic provoked at least three issues related to language, two of which caused important extralinguistic consequences for the Brazilian society.

¹ E-mail: lucianoamaral64@yahoo.com.

Keywords: Spelling of Covid-19; Gender of Covid-19; Expression risk group; Science denialism; Argumentation.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pandemia do coronavírus provocou efeitos devastadores no Brasil. Até junho de 2023, mais de setecentas mil pessoas haviam morrido, impactando profundamente a vida de seus familiares (Brasil, 2023a). A economia foi fortemente afetada, causando o fechamento de empresas e gerando o desemprego de milhões de pessoas (Garbe, 2022). Além disso, a pandemia deixou explícitas as consequências perversas da desigualdade social no nosso país.

Esses efeitos sociais e econômicos foram bem visíveis por conta da cobertura midiática. Entretanto, a pandemia do coronavírus também provocou algumas questões linguístico-discursivas não tão perceptíveis, pelo menos, é razoável afirmar, para a maioria das pessoas. É dessas questões que trata o presente ensaio, que, além das considerações iniciais e das considerações finais, possui três seções.

A primeira seção aborda a palavra que dá nome à doença associada ao coronavírus e se propõe a responder duas perguntas. A primeira é a respeito do seu gênero: essa palavra é masculina ou feminina? A segunda diz respeito à sua grafia: ela é escrita em caixa alta ou em caixa baixa, com inicial maiúscula ou minúscula?

A segunda seção tem como foco a frase *grupo de risco*. É feita uma análise dos seus efeitos extralinguísticos, tendo como pano de fundo comparativo o uso dessa expressão nos anos 1980 no contexto marcado pela disseminação do vírus da imunodeficiência humana, mais conhecido como HIV, acrônimo do termo inglês *human immunodeficiency virus*.

A última seção trata do discurso do negacionismo científico e dos limites da argumentação. Mais especificamente, dois enunciados que circularam

durante a pandemia, quais sejam, *Eu acredito na ciência!* e *Eu acredito na vacina!*, são usados para evidenciar os limites enfrentados pela argumentação no processo de convencer as pessoas a aderirem aos protocolos de segurança sanitária durante a pandemia.

1 A GRAFIA E O GÊNERO DA PALAVRA COVID-19

Em 2020, chegou ao Brasil uma nova doença causada pelo coronavírus. Todas as pessoas neste país sabem que doença é essa, mas nem todas conhecem três fatos a ela relacionados. O primeiro é o fato de *coronavírus* ser o hiperônimo de um campo lexical composto por palavras que remetem a tipos diferentes de uma família de coronavírus, conforme pode ser observado em um texto informativo do Portal do Instituto Butantã (2023). O segundo, ainda de acordo com o informativo, é o fato de que o tipo de coronavírus que provocou a pandemia se chama SARS-CoV-2. E o terceiro fato está relacionado ao nome da doença provocada por esse vírus: ele ainda é motivo de discussões no que diz respeito à sua grafia e ao seu gênero.

Em uma busca rápida na internet, encontram-se os seguintes sintagmas nominais para dar nome a essa doença em nosso país: *a Covid-19*, *a covid-19*, *o Covid-19*, *o covid-19*, *o COVID-19* e *a COVID-19*. Há, indiscutivelmente, uma inconsistência na grafia e no gênero desse nome disseminada na grande rede mundial.

Ora, se há algo na língua portuguesa que pode ser considerado certo ou errado, independentemente de normas linguísticas, é a ortografia. Isso se deve ao fato de ela ser o único elemento da língua regido por uma lei, *i.e.*, o Acordo Ortográfico (Brasil, 2023b). Portanto, embora possa parecer uma filigrana purista, determinar a grafia da palavra que dá nome à doença causada pelo coronavírus é importante. Para isso, é necessário determinar seu gênero.

E a fonte na qual é possível encontrar as informações necessárias para se refletir a esse respeito é o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Na sua sexta edição, lançada em 2022, é indicada a grafia da doença: *covid-19*. E o gênero indicado é o feminino (Academia Brasileira de Letras, 2023). Portanto, ela é feminina e escrita em caixa baixa com inicial minúscula.

Note-se que *covid* é uma palavra tomada de empréstimo da língua inglesa. Ela é o acrônimo de *coronavirus disease*, que em português equivale a *doença do coronavírus*. Como *doença* é um substantivo feminino, *covid* entra para o léxico do português, preenchendo uma lacuna lexical, também como uma palavra feminina. Observe-se, ainda, que ela se une, por hifenização, ao número 19, que é um indicativo do ano em que a doença surgiu no mundo, *i.e.*, 2019.

Alguém poderia perguntar o seguinte: se a palavra *covid* é um acrônimo, ela não deveria ser escrita com a inicial maiúscula? Essa pessoa, provavelmente, estaria seguindo a seguinte orientação do *Manual de Redação da Presidência da República* (Brasil, 2018, p. 58): “[...] siglas compostas por mais de três letras pronunciadas formando uma palavra devem ser escritas apenas com a inicial maiúscula”. Entretanto, como essa palavra passou a ser o nome da doença, ela deixou de ser um simples acrônimo e se tornou um substantivo comum, não se aplicando a orientação daquele manual.

Fica, assim, explicado o porquê de o gênero da palavra *covid-19* ser feminino e de sua grafia ser em caixa baixa com inicial minúscula. Essa é uma questão linguística surgida na pandemia de poucas consequências práticas, pois o máximo que pode acontecer é alguém errar o gênero e a grafia ao redigir um texto ou errar uma questão sobre isso em uma prova de algum concurso público. Entretanto, como se mostra na próxima seção, há uma questão de consequências práticas extremamente sérias que está relacionada a outro elemento lexical: a expressão *grupo de risco*.

2 A ARRISCADA EXPRESSÃO GRUPO DE RISCO

Há momentos na história que são marcados por doenças que afetaram profundamente um país ou até mesmo todo o mundo. É o caso, por exemplo, da peste bubônica, provocada pela bactéria *Yersinia pestis*, doença que ceifou a vida de mais de 200 milhões de pessoas na Europa no século XIV (Gallagher, 2023). Outro exemplo é a epidemia da AIDS, causada pelo HIV, em vários países nos anos 1980.

Foi exatamente nessa década que se popularizou, no Brasil, a expressão *grupo de risco* (Fonseca, 2023). Disseminou-se a crença equivocada segundo a qual havia um grupo de pessoas mais propensas a serem contaminadas pelo HIV: usuários de drogas injetáveis e homossexuais. E essa crença se naturalizou com o uso frequente da expressão em tela.

A naturalização de discursos pode ser algo perigoso. Afinal, conforme o teorema de Thomas, “se os homens definem as situações como reais, elas serão reais em suas consequências” (Thomas, 1928, apud Bagno, 2011, p. 358).

E as consequências da naturalização da suposta existência de um grupo de risco em relação à contaminação por HIV foram reais e devastadoras para a sociedade brasileira por duas razões. A primeira foi a perversa estigmatização imposta aos gays, vinculando seus comportamentos sexuais à disseminação do HIV, o que originou a terrível expressão *peste gay* (Nalin, 2022), reforçando a crença na existência de um grupo de risco. Houve aí um movimento moralista oportunista subjacente ao uso dessa expressão, que estigmatiza grupos sociais (Golegã; Junqueira; Hernandez, 2021). A segunda razão foram os comportamentos de risco de homens heterossexuais: por acreditarem estar imunes ao HIV por não fazerem parte do tal grupo de risco, eles não se preocupavam em fazer sexo seguro. Foram comportamentos sexuais arriscados que tornaram vulneráveis ao vírus não apenas eles, mas também suas parceiras, contribuindo para a disseminação do vírus. Ao fim e ao cabo, as campanhas de

conscientização em relação à AIDS deveriam ter focado comportamentos de risco em vez de terem focado um suposto grupo de risco.

Infelizmente, e surpreendentemente, a expressão *grupo de risco* ressurgiu com força durante a pandemia da covid-19 no Brasil. Esse ressurgimento foi surpreendente porque havia ficado a impressão de que a sociedade brasileira tinha aprendido a lição deixada pela crença na existência de um grupo de risco em relação à AIDS. E foi um ressurgimento infeliz pelo fato de muitas pessoas adotarem comportamentos de risco em relação à covid-19 por não fazerem parte do tal grupo.

A propósito, o suposto grupo de risco em relação ao coronavírus é formado por pessoas idosas, pessoas com comorbidades e/ou com obesidade, puérperas, fumantes e crianças com idade inferior a 5 anos. Essa informação é encontrada no site da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (Avelar et al., 2023).

Uma das consequências reais do uso da expressão *grupo de risco* na primeira onda da covid-19 no Brasil foi percebida claramente em todo o país, repercutindo nas redes sociais e divulgada pela mídia corporativa: muitas pessoas com idade no intervalo de 20 a 50 anos se recusavam a usar máscara e a evitar aglomerações por não fazerem parte do tal grupo. Acreditavam, muito provavelmente, que não seriam afetadas pela covid-19, pois, se fossem infectados pelo coronavírus, teriam apenas sintomas leves, como se a covid-19 fosse uma gripezinha.

Esse comportamento de risco levou à internação hospitalar e até à morte muitas pessoas que não faziam parte do suposto grupo de risco, *i.e.*, pessoas não obesas, sem comorbidades e jovens. Isso chamou a atenção do jornalista Luis Barrucho, da BBC News, que escreveu o seguinte sobre os jovens:

De maneira geral, por causa da idade, eles têm a seu favor um sistema imunológico mais forte, o que facilita o combate ao

vírus. A exceção são aqueles que têm algum tipo de comorbidade (doença associada), como obesidade ou asma, por exemplo.

Mas isso não quer dizer que os jovens estejam imunes à doença – e essa falsa percepção acaba encorajando uma maior exposição ao risco. Em outras palavras: aglomeram-se com mais frequência e ignoram medidas importantes de prevenção, como uso de máscaras e distanciamento social.

Por todo o Brasil, imagens de festas clandestinas interrompidas pela polícia foram compartilhadas nas redes sociais e ganharam o noticiário (Barrucho, 2021).

O Teorema de Thomas é cirúrgico quanto às consequências reais de algo irreal que se acredita real, como os comportamentos (reais) de risco de pessoas que acreditam na crença (irreal) de que não correm perigo. Isso evidencia o poder que a língua possui de provocar consequências extralinguísticas por meio da naturalização de discursos compostos por enunciados como "Eu sou jovem e não pego covid" e "Se eu pegar covid, não vou ter sintomas fortes, porque malho muito".

A próxima seção trata do discurso do negacionismo científico, mais especificamente daquele relacionado aos protocolos de saúde pública, e os limites por ele impostos à argumentação. Vale lembrar que o conceito de discurso é entendido aqui da maneira como propõe Michel Foucault (2008): conjunto de enunciados apoiado em uma mesma formação discursiva, ou seja, em um mesmo sistema de regras que determinam o que pode e o que deve ser dito a partir de uma posição dada em uma determinada conjuntura sócio-histórica, tornando possível a ocorrência de certos enunciados, e não de outros, em determinados momentos, lugares e localizações institucionais.

3 NEGACIONISMO CIENTÍFICO E LIMITES DA ARGUMENTAÇÃO

O negacionismo científico não é um fenômeno recente. É de amplo conhecimento, por exemplo, o embate entre Galileu Galilei e a Igreja Católica no século XVII: enquanto ele afirmava que a Terra gira em torno do Sol, a instituição religiosa o rebatia defendendo o geocentrismo. É conhecida, também, a crítica de muitos cristãos à teoria evolucionista proposta por Charles Darwin: eles defendem, até hoje, o criacionismo como a teoria explicativa da vida na Terra.

Um tipo de negacionismo científico que surgiu recentemente é o negacionismo climático. Em 2018, Ernesto Araújo, escolhido para ser o Ministro das Relações Exteriores do Brasil pelo presidente eleito nas eleições daquele ano, afirmava que a esquerda criou a ideologia da mudança climática, por ele chamada de climatismo, e foi duramente criticado pelo Observatório do Clima pelo seu radicalismo ideológico (Di Cunto; Araújo; Freitas, 2018). Vale notar que a voz de Araújo se unia a outras nas redes sociais, produzindo enunciados que formam o discurso do negacionismo climático, como demonstram Francisca Marli de Andrade, Tarssio Brito e Alen Henriques (2020).

E há outra forma de negacionismo que se intensificou recentemente: aquela relacionada às vacinas. Essa intensificação teve início no final da década de 1980, conforme Matthew D’Ancona:

Essa forma grave de negacionismo – um estudo de caso da pós-verdade – foi desencadeada por um único estudo, publicado na revista científica *Lancet*, em 1988. Com base nos resultados, o dr. Andrew Wakefield, um dos autores do artigo, afirmou em uma entrevista coletiva que havia um possível vínculo entre a vacina contra sarampo, caxumba e rubéola, introduzida dez anos antes no Reino Unido, e a crescente incidência de diagnósticos de autismo (D’ANCONA, 2018, p. 68).

A repercussão da entrevista mencionada por D’Ancona foi grande, causando sérias consequências para a saúde pública na Grã-Bretanha:

Conforme as afirmações que ganhavam circulação na mídia, as taxas de imunização caíram muito em todo o Reino Unido, de 92% para 73% (e perto de 50% em certas áreas de Londres), o que resultou em surtos de sarampo e casos de morte. Em junho de 2008, a doença tinha uma vez mais se tornado endêmica na Grã-Bretanha – catorze anos após sua quase erradicação (D’ANCONA, 2018, p. 69).

Ainda de acordo com D’Ancona (2018), a imprensa se debruçou sobre o estudo publicado na *The Lancet* e descobriu que a metodologia utilizada por Wakefield para sua realização era insatisfatória, o que o invalidava. O estudo foi desqualificado publicamente, entrevistas foram dadas a esse respeito, matérias foram divulgadas em jornais e em telejornais confirmando os erros do pesquisador, mas o estrago já estava feito no que diz respeito aos efeitos provocados pela entrevista de Wakefield: muitas mães e pais continuavam sem querer que suas filhas e filhos fossem vacinados, deixando-os vulneráveis a doenças. Embora já houvesse existido momentos de resistência a vacinas no Reino Unido nos séculos XVIII e XIX (Iannelli, 2023), foi em 1998 que se iniciou o processo de consolidação do movimento antivacina naquele país.

O negacionismo científico é uma característica desta contemporaneidade, chamada de era da pós-verdade por alguns (*e.g.*, D’ancona, 2018), ou seja, uma era na qual muitas pessoas passam a valorizar suas opiniões e crenças em detrimento dos fatos científicos. É um momento histórico caracterizado por absurdos como o terraplanismo e pelo enfraquecimento do famoso postulado cartesiano “Penso, logo existo”, que passa a conviver com um novo postulado: “Acredito, logo é verdade”.

Inevitavelmente, a ciência, cartesiana por excelência, não está conseguindo passar incólume por esta era e vê os fatos científicos serem contestados por crenças e opiniões sem fundamento, não por fatos científicos novos, que atualizam e desbancam os conhecimentos já construídos. Foi por

essa razão que não surtiram efeitos concretos os esclarecimentos, as explicações dos cientistas que desqualificaram o estudo de Wakefield, que associou erroneamente a vacinação infantil com casos de autismo, provocando pânico em mães e pais.

No Brasil, houve um curto período na história em que as pessoas resistiram à vacinação de maneira generalizada. Foi no início do século passado na epidemia da varíola. O movimento ficou conhecido como a Revolta da Vacina (Hochman, 2011). No entanto, décadas depois, a sociedade brasileira não apresentava mais nenhuma resistência a vacinas e entendeu a importância da vacinação infantil, contribuindo para a erradicação da varíola e da rubéola, por exemplo.

A pandemia da covid-19, contudo, fez ressurgir um movimento antivacina no Brasil. Em uma situação de emergência global, laboratórios pelo mundo afora corriam contra o tempo para desenvolver vacinas e, assim, tentar frear o avanço da covid-19 e evitar mais mortes. Ninguém imaginava, entretanto, que haveria brasileiras e brasileiros que não apenas se recusariam a tomar uma vacina numa situação de emergência pandêmica, mas também fariam circular um discurso que nega a eficácia da vacina, da máscara e do distanciamento social como elementos de contenção da disseminação do coronavírus naqueles momentos de pico de transmissão nas primeira e segunda ondas.

Tendo à frente o então presidente da república desestimulando a vacinação com seu mau exemplo e com falas inconsequentes, aquelas pessoas passaram a (re)produzir enunciados que compõem o discurso negacionista no Brasil. É um discurso composto por enunciados como “Se você virar um jacaré, é um problema de você”; “A máscara é uma ficção”; “Não querer tomar vacina é liberdade individual”; e “O plasma dessa vacina, que é o líquido, vem com uma codificação que traz uma leitura para inteligência artificial, então eles têm

o nosso controle através disso. É como se fosse um chip, mas de forma líquida, que é o plasma” (Domingos, 2021).

Curiosamente, o discurso do negacionismo científico gerou um contradiscurso inesperado: o discurso da crença científica. Esse discurso é composto por enunciados como “Acredito na ciência!” e “Acredito na vacina!”, que formam o nome de uma campanha promovida pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (Adufop, 2023).

O discurso da crença científica é duplamente curioso. Primeiramente, é curioso por associar a ideia de crença à ciência e a um produto de pesquisas científicas, *i.e.*, a vacina. Afinal, do ponto de vista positivista, a ciência trabalha com fatos, não com crenças. Em segundo lugar, é curioso pelo fato de professores universitários disseminarem esse discurso, o que é evidenciado pela campanha mencionada no parágrafo anterior.

Na verdade, afirmar que se acredita na ciência não faz sentido, pois as crenças estão intrinsecamente relacionadas à irracionalidade, à qual a ciência é avessa. Nesse sentido, por exemplo, acreditar na existência de Deus é tão irracional quanto acreditar na Sua inexistência, pois essas duas crenças escapam à razão e, por isso, não são verificáveis cientificamente. A ciência acabou sendo alçada à categoria de uma entidade abstrata, intangível, como se fosse uma deidade, na qual se pode ou não acreditar.

Esse movimento pode ser analisado a partir do ponto de vista da argumentação. Como explica Philippe Breton (2003), argumentar é um ato racional. Portanto, nem tudo é argumentável. Em outras palavras, o que escapar à razão não pode ser alvo de argumentação. É o caso, por exemplo, das crenças religiosas, dos sentimentos e dos fatos científicos. Não é possível usar argumentos para convencer alguém a acreditar em Deus ou a não acreditar nele porque acreditar é um ato irracional. É impossível convencer alguém a amar ou a odiar outra pessoa porque sentimentos são irracionais. E, como diz o

ditado, contra fatos não há argumentos, logo fatos científicos não são argumentáveis, mas, isto sim, demonstráveis.

Essas considerações sobre argumentação apontam para uma questão complicada: como convencer, por meio de argumentação, os negacionistas científicos a aderirem aos protocolos sanitários recomendados por cientistas se eles operam fora da esfera da racionalidade?

Talvez, numa tentativa de estabelecer um contradiscurso, a ADUFOP decidiu entrar na esfera irracional da crença, fazendo circular aqueles enunciados. Infelizmente, não há como saber se essa tentativa teve resultados positivos no sentido de convencer pessoas a se vacinarem, mas ela deixou evidente a impossibilidade de convencer os negacionistas por meio de argumentos, por meio da razão.

Ora, como lembra Breton (2003), o convencimento pode ser feito por meio da argumentação, da sedução, da manipulação, da demonstração e da força. É muito difícil, se é que é possível, convencer os negacionistas científicos de que a vacina resultante de pesquisas é confiável, embora apresente efeitos colaterais mais sérios para um percentual bem pequeno das pessoas que a tomam. E esse convencimento é difícil porque, conforme mencionado anteriormente, a argumentação é um ato racional, e os negacionistas científicos são avessos à razão.

Pela mesma razão, a demonstração, por meio de fatos científicos, da eficácia da vacina não funcionaria como forma de convencer os negacionistas. A sedução e a manipulação também não funcionariam porque, numa situação de emergência sanitária como a pandemia da covid-19, o tempo é vital para se salvarem vidas, e essas duas formas de convencimento requerem a mobilização da mídia corporativa e do Estado para serem implementadas, algo que leva tempo. Além disso, há a questão moral e ética subjacente a essas duas formas de convencimento.

Resta o uso da força, que, numa democracia, mesmo fragilizada como a brasileira, não deve ser a força bruta. Porém, em qualquer democracia, o uso do poder simbólico para forçar o estabelecimento de determinados comportamentos é aceito com tranquilidade. Vale lembrar que poder simbólico é o poder de fazer as coisas com as palavras (Bourdieu, 1989).

E foi essa a solução encontrada para tentar convencer os negacionistas a seguirem protocolos de segurança: o Judiciário lançou mão de medidas restritivas para enquadrá-los. Assim, por exemplo, passou-se a exigir comprovante de vacinação e máscara para se permitir o ingresso em restaurantes, teatros e aviões. Os negacionistas que precisavam ou desejavam viajar, por exemplo, acabaram sucumbindo à pressão do poder simbólico do Judiciário.

O discurso do negacionismo científico mostrou os limites da argumentação e, ao mesmo tempo, apontou o caminho para se lidar com ele: o uso do poder simbólico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do coronavírus trouxe consequências terríveis para nossa sociedade. Contudo, ela foi uma oportunidade para se refletir sobre questões da linguagem, desde algo sem consequências sérias, como o gênero e a grafia da palavra *covid-19*, até questões com implicações extralinguísticas muito graves para a sociedade, como o uso da expressão *grupo de risco* e o discurso do negacionismo científico.

O uso da expressão *grupo de risco* apresenta duas consequências bem claras. A primeira é a desmobilização que provoca no sentido de levar indivíduos que não fazem parte desse suposto grupo a não aderirem a protocolos sanitários. No caso da pandemia da covid-19, os protocolos foram o uso de máscara, a vacinação e a não aglomeração. A segunda consequência é a

estigmatização de determinados grupos sociais, como aconteceu com a comunidade gay nos anos 1980 em relação ao HIV.

Já o discurso do negacionismo científico, que circulou intensamente durante a pandemia da covid-19, especialmente o discurso do negacionismo da vacina, possibilitou a pesquisadoras e pesquisadores da linguagem oportunidades de refletirem sobre os limites da argumentação e sobre a ineficácia de mobilização de contradiscursos em determinados contextos ideológicos marcados pela crença, pela irracionalidade. Em tais contextos, é impossível se pensar em argumentação por ela operar no nível da razão. Ao mesmo tempo, o discurso do negacionismo científico em tempos de emergência sanitária mostrou a importância de o aparato jurídico do Estado usar seu poder simbólico para tentar convencer os negacionistas a se comportarem de acordo com os protocolos de segurança sanitária, mesmo discordando deles.

Neste ponto do texto, um esclarecimento é necessário. Uma pessoa que demonstrou resistência às vacinas contra a covid-19 por terem sido criadas emergencialmente, sem pesquisas consolidadas que comprovassem que eram seguras e que não tinham efeitos colaterais graves, não é necessariamente uma negacionista da vacina. Sua resistência é procedente e lógica. Negacionista da vacina é uma pessoa que pode compartilhar essa resistência, sim, mas que, além disso, por exemplo, expõe seus filhos a doenças por não acreditar nas vacinas cuja eficácia já foi comprovada.

E tudo indica que o número de pessoas que negam a vacina aumentou no Brasil durante a pandemia. Afinal, conforme o Conselho Federal de Enfermagem (2023), as taxas de cobertura vacinal infantil no Brasil caíram, em 2021, ao patamar de 1987, um mais que provável reflexo do discurso negacionista.

Isso parece ser confirmado com dados apresentados pelo DataSUS que evidenciam a ameaça do retorno de doenças que estavam controladas, como a

poliomielite. De acordo com Rebeca Kroll (2023), “Em apenas 10 anos, a cobertura vacinal da poliomielite foi de 96,5% em 2012 para 77% em 2022, uma queda de aproximadamente 20%”. Nesse sentido, Maria Clara Valadão, infectologista pediátrica do Hospital Universitário de Santa Maria, afirma o seguinte “O negacionismo contribuiu para que as pessoas começassem a desconfiar do processo vacinal que é extremamente seguro. Ele influenciou na decisão de várias famílias de não vacinar ou adiar as imunizações” (Kroll, 2023).

Comportamentos irresponsáveis do ponto de vista da saúde pública e a estigmatização de grupos sociais são consequências extralinguísticas do uso de uma expressão lexical, *i.e.*, *grupo de risco*, e dos enunciados que compõem o discurso do negacionismo científico. O poder simbólico, ou seja, o poder de fazer coisas com as palavras é inegável. E ele pode se materializar na forma de decretos, normas e leis. Como já escreveu Cecília Meireles (2023), “Ai, palavras, ai palavras / que estranha potência, a vossa!”.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *VOLP* – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. 6. ed. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 07 jun. 2023.

ADUFOP. *Participe da campanha "Acredito na ciência! Acredito na vacina!"*. Disponível em: <https://www.adufop.org.br/post/participe-da-campanha-acredito-na-ci%C3%Aancia-acredito-na-vacina>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ANDRADE, Francisca Marli, Rodrigues de; BARRETO, Tarssio Brito; HENRIQUES, Alen Batista. Rio de Janeiro e crise climática: governança, interatividade e construção discursiva no Twitter. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 23, p. 1-19. 2020.

AVELAR, Larissa Maria; SHIOMATSU, Gabriella; NINOMIYA, Vitor; CARVALHO, Ricardo Tadeu de. *5 perguntas e respostas sobre grupos de risco da covid-19*. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/84-grupos-de-risco-para-covid-19>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BAGNO, Marcos. O que é língua? Imaginário, ciência e hipóstase. In: BAGNO, Marcos; XOAN, Carlos Lagares (orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 355-388.

BARRUCHO, Luis. *Covid-19: o que explica mais infecções e mortes entre os jovens no Brasil*. Portal BBC News Brasil. 2 maio. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56931387>. Acesso em: 08 jun.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Título original: *Le pouvoir symbolique*.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Manual de redação da Presidência da República*. 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Painel Coronavírus*. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 05 jun. 2023a.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008*. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6583.htm. Acesso em: 07 jun. 2023b.

BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. 2. ed. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2003. Título original: *L'argumentation dans la communication*.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. *Taxa de vacinação infantil cai e Brasil volta a patamar de 1987*. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/taxa-de-vacinacao-infantil-cai-e-brasil-volta-a-patamar-de-1987_98834.html. Acesso em: 12 jun. 2023.

D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Tradução Carlos Szlak. Barueri: Faro Editorial, 2018. Título original: *Post-truth: the new war on truth and how to fight back*.

DI CUNTO, Raphael; ARAÚJO, Carla; FREITAS, Carolina. Novo chanceler diz que esquerda criou 'ideologia da mudança climática'. *Valor Econômico*, Política, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/11/15/novo-chanceler-diz-que-esquerda-criou-ideologia-da-mudanca-climatica.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2023.

DOMINGOS, Roney. É #FAKE que vacina contra Covid-19 tem chip líquido e inteligência artificial para controle populacional. *G1*, 27 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/01/27/e-fake-que-vacina-contracovid-19-tem-chip-liquido-e-inteligencia-artificial-para-controle-populacional.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2023.

INSTITUTO BUTANTÃ. *Qual a diferença entre SARS-CoV-2 e Covid-19? Prevalência e incidência são a mesma coisa? E mortalidade e letalidade?* Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade>. Acesso em: 07 jun. 2023.

FONSECA, Leandro de Noronha de. *Os riscos da expressão “grupo de risco”*. Disponível em: <https://www.secsp.org.br/os-riscos-da-expressao-grupo-de-risco-2/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Título original: *L’archéologie du savoir*.

GALLAGHER, James. *Como a peste bubônica de 700 anos atrás ainda afeta nossa saúde hoje em dia*. Portal BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63325946>. Acesso em: 08 jun. 2023.

GARBE, Hugo de Souza. *A crise econômica do COVID-19: uma análise dos efeitos na economia brasileira*. 2022. 52 f. Dissertação (Mestrado Profissional MPGPP) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

GOLEGÃ, Camila; JUNQUEIRA, Fabíola Mancilha; HERNANDES, Luciana Romano. 40 anos da epidemia da aids na pandemia da covid-19: aproximações e reflexões. *Revista Laboratório*, edição temática “Estudos sobre morte e pós-morte”, dez. 2021. Disponível em: <https://offlattes.com/archives/10632>. Acesso em: 5 jun. 2023.

HOCHMAN, Gilberto. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 2, p. 375-386. 2011.

IANNELLI, Vincent. *History of the anti-vaccine movement: from the 18th century to the COVID-19 Pandemic*. Disponível em: <https://www.verywellhealth.com/history-anti-vaccine-movement-4054321>. Acesso em: 11 jun. 2023.

KROLL, Rebeca Villaça. Volta de doenças controladas ameaça saúde das crianças brasileiras. *Revista Arco – Jornalismo Científico e Cultural*, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/volta-de-doencas-controladas>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MEIRELES, Cecília. *Ai, palavras!* Disponível em: <https://lusografias.wordpress.com/2007/04/29/ai-palavras/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

NALIN, Vinícios. “peste gay”: veiculação midiática e os estigmas criados sobre o surgimento da AIDS na década de 1980. In: Simpósio de Pós-Graduação do Sul do Brasil, 1, 2022, online. *Anais: a transversalidade da ciência, tecnologia e inovações para o planeta*. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2022. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/simpos-sul/article/view/15623/10448>.

Acesso em: 08 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Coronavirus disease (COVID-19)*. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1. Acesso em: 07 jun. 2023.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 22 de junho de 2023.

Aprovado em sistema duplo cego em: 12 de outubro de 2023.